



O governismo e seus cúmplices

Tudo parece indicar que o enorme aparelho ainda em mãos do Estado, mesmo depois da onda neoliberal, ajudará Menem a realizar seu sonho de reeleição. Seus opositores, por outro lado, no afã de ganhar a presidência, apoiaram uma estabilidade fictícia

Marcelo Erico

Durante 141 anos, desde o juramento da primeira Constituição, a tantas vezes interrompida democracia argentina considerou que, para evitar que o autoritarismo civil viesse se somar à longa lista de ditaduras militares, o mais conveniente era não permitir a reeleição presidencial. Em um país organizado como federação, onde o presidente acumula poderes, a sábia cláusula constitucional procurava afastar a tentação do poder.

Carlos Menem, do Partido Justicialista (PJ), presidente desde 8 de julho de 1989, considerou que sua presença no Poder Executivo era imprescindível para o país. Aproveitando a debilidade do maior partido de oposição, a União Cívica Radical (UCR), e as ambições de seu líder, o ex-presidente Raúl Alfonsín, Menem conseguiu montar o cenário perfeito para atingir o seu objetivo: introduzir na Constituição argentina um dispositivo que permitisse a reeleição presidencial.

Em um tempo recorde de apenas 120 dias, foram convocadas eleições, instalou-se uma Assembléia Constituinte e reformou-se a Carta Magna. Como resultado, a partir do dia 14 de maio de 1995, quando se realizarão as próximas eleições, os presidentes argentinos poderão concorrer à reeleição.

Enfraquecimento da UCR – A idéia de reformar a Constituição adquiriu força depois de 3 outubro do ano passa-

do, quando nas eleições legislativas, a UCR foi esmagada pelo PJ. Foi então que, aproveitando a decadência do partido de Alfonsín – e, principalmente, de seu líder – Menem foi montando um cerco à UCR. Conseguiu, finalmente, que Alfonsín se prestasse a esse jogo espúrio, mesmo correndo o risco de se transformar num definitivo cadáver político.

Menem pretendia reformar a Constituição, de tal forma que tudo continuasse como havia sido durante 141 anos, salvo em um aspecto: que o presidente da República pudesse ser reeleito. Por isso, aceitou a proposta de Alfonsín de incluir na nova Constituição que está em vigor desde 25 de agosto passado, a cláusula da eleição em dois turnos, convencidos ambos de que o predomínio do PJ e da UCR na vida política argentina duraria séculos.

A nova Carta estabeleceu, porém, que o segundo turno não será necessário se o candidato mais votado obtiver 45% dos votos no primeiro turno ou conseguir um mínimo de 40%, superando o segundo colocado em pelo menos 10%.



Alfonsín (esq.) e Menem: acordo garantiu introduzir a reeleição para presidente na Constituição



"Chacho"
Alvarez, da
coalizão de
centro-esquerda
Frente Grande,
abandonou o
discurso que o
levou a
conquistar
milhares de
eleitores e tenta
se tornar
"digerível" para o
establishment

Porém, de acordo com as novas pesquisas, em 14 de maio Menem não conseguiria 45% dos votos, nem 40% com dez pontos de vantagem sobre o segundo colocado, devendo ir para o segundo turno. Mas não com a UCR – como ele previa – e sim com a Frente Grande (FG).

Indicadores preocupantes—As eleições de 14 de maio se realizarão com um pano de fundo de indicadores sócio-econômicos mais preocupantes, provocados pelo plano neoliberal que criou a ficção da estabilidade econômica.

Nos 41 meses do chamado "plano de conversibilidade", que fixou por lei uma paridade de um a um na relação peso-dólar, a inflação foi de quase 57%. As estatísticas oficiais semestrais revelam que estão sem trabalho 10,9% da população economicamente ativa. Há, além disso, 10,8% de subempregados (pessoas que na semana em que foram entrevistadas trabalharam um mínimo de cinco horas e afirmaram estar à procura de trabalho). O total alcança 21,7%, o que, em números absolutos, significa que há quase três milhões de argentinos expulsos do mercado de trabalho.

O governo vem dando várias explicações para o fenômeno, mas a mais cínica assinala que "não são desempregados, mas uma massa de jovens e mulheres que antes não desejavam trabalhar, e agora saturam o mercado atraídos pelos bons salários e o desejo de se transformar em consumidores dentro de uma economia estável". Essa foi a explicação oficial do ministro da Economia, Domingo Cavallo, repetida em coro por Menem e seus ministros.

A socióloga Susana Torrado, pesquisadora da Uni-

versidade de Buenos Aires e uma das estudiosas mais conceituadas do país, afirma que "a política econômica atual cria mais pobres" e que, se também se levar em conta os desempregados e subempregados que não aparecem nas estatísticas, o índice beira os 40%.

Aos quase 3 milhões de desempregados se somam, segundo o também oficial "Mapa da Pobreza", divulgado em abril deste ano, mais de 9 milhões de argentinos (em uma população total de 32,4 milhões) que não têm suas necessidades básicas satisfeitas.

Na Grande Buenos Aires, a zona industrial por excelência, há 1,6 milhão de pessoas com suas necessidades básicas insatisfeitas. Para determinar essa situação, se consideram vinte indicadores que medem a capacidade de subsistência, condições de moradia, serviços de água e esgoto, e acesso à educação e saúde, entre outros.

Quatro vezes mais pobres — Susana Torrado analisa as estatísticas do último meio século e afirma que "nas duas últimas décadas a pobreza quadruplicou". Reapareceram nos últimos três anos doenças que se consideravam erradicadas, como a tuberculose, e há epidemias que nunca tinham entrado na Argentina, como o cólera e a meningite.

O diretor do Escritório Internacional para Migrações (OIM) das Nações Unidas apresentou estatísticas mostrando que o modelo neoliberal expulsou um número maior de argentinos para o Uruguai, Brasil, Paraguai e Bolívia em relação à quantidade de estrangeiros que entrou no país. Porém, o governo insiste em afirmar que "as ótimas condições do país atraem os estrangeiros", que chegam para "tirar" o trabalho dos argentinos e distorcer os índices de desemprego".

Dessa forma, o próprio governo promove a xenofobia que nos últimos tempos está levando à expulsão de centenas de trabalhadores dos países limítrofes.

A imigração afeta um conjunto de pessoas que entra legalmente e depois permanece no país sem a necessária documentação. Existe também a prática dos empresários, preocupados em otimizar seus lucros, de "importar" um trabalhador durante um curto tempo em condições legais porque sai mais barato.

O governo confundiu deliberadamente os dois fenômenos. O *Financial Times* (Grã-Bretanha) e os jornais *Wall Street Journal* e *The Washington Post* (EUA) se referiram nos últimos meses à crise econômica argentina, dizendo que a política de privatizações colocou no país uma "etiqueta de produto à venda". Assinalaram também que a paridade peso-dólar, em vigor desde abril de 1991, é falsa e que neste momento o dólar deveria estar cotado a 1,57 pesos.

Na avaliação dessas publicações, mais de 60% das empresas argentinas estão endividadadas em dólares e sem garantias reais, "o que provocará a sua quebra quando chegar o necessário, e não longínquo, momento da desvalorização da moeda".

Segundo estatísticas das Câmaras de Comércio, nos primeiros seis meses deste ano foram à falência mais de 30 mil pequenas e médias empresas.

As eleições presidenciais de 95 – Há vários concorrentes na corrida presidencial e é provável que – como ocorreu há 25 anos no Uruguai, com o surgimento da Frente Ampla – o bipartidarismo seja rompido com o aparecimento da Frente Grande (FG).

Até o nascimento da FG, tudo corria bem para o governismo porque a UCR não tinha nada para oferecer. Seus candidatos, velhos conhecidos, também defendem o resultado do plano neoliberal. Eduardo Angeloz, governador da província de Córdoba, a segunda mais importante do país, já enfrentou Menem nas eleições presidenciais de 1989 e desde que perdeu feio não faz outra coisa senão trocar gentilezas com o vencedor.

A equipe econômica de Angeloz é tão furiosamente liberal quanto a de Menem, a ponto de o ministro Cavallo convidar alguns de seus membros a integrar-se a ela.

Na UCR existem alguns grupos internos que questionam a política econômica do governo, mas defendem a estabilidade, como se o custo social do plano econômico não fosse produto da pseudo-estabilidade. Tudo o que eles têm para oferecer é um novo estilo, no qual a corrupção será combatida.

A FG, que havia nascido como uma alternativa ao *menemismo*, foi perdendo o seu perfil. Enquanto um de seus fundadores, o cineasta Fernando *Pino Solanas*, se diferencia com um programa que questiona toda a política econômica, *Carlos Chacho Álvarez* procura desesperadamente transformar-se em um candidato “digerível” para o *establishment*, apoiando a estabilidade do plano.

Atualmente, Álvarez cai em contradição com o discurso que o levou a conquistar eleitores e garante que não vai rever a política de privatizações, inclusive nos casos mais irregulares (a da companhia estatal de telefones e da Aerolíneas Argentinas).

Desprovido da habilidade política de seu aliado, Solanas parece condenado a uma marginalização dentro da FG, e só deverá obter o reconhecimento dos setores que admiram sua integridade, coerência ideológica e discurso contra a corrupção.

Álvarez, que aprendeu as piores artimanhas quando ainda pertencia ao PJ, deu uma guinada que desestimulou os primeiros eleitores da FG. E diante da perspectiva que indicam as pesquisas de opinião – de disputar o segundo turno com Menem – se lançou à busca de aliados que inclui todos os opositores do *menemismo*.

Chacho, inebriado pelos resultados das enquetes, é mimado pelos grupos de poder, principalmente pela direção do *Clarín*, um conglomerado de empresas de comunicação que inclui uma agência de notícias associada à inglesa *Reuters*. Estes grupos abriram as portas



No cartaz de um grupo de sem-teto da capital, lê-se: “Temos fome igual a vocês”

para Álvarez e agora ele parece disposto a tudo para vencer a corrida presidencial.

Percebe-se claramente uma mudança em suas posições (“uma marcada guinada para a social-democracia”, diz Solanas) e concessões feitas às grandes multinacionais e aos bancos. No último mês, ele reuniu representantes de ambos os setores em longos almoços para lhes garantir que “a FG não deve ser vista como um grupo de zulus”, mas sim como uma frente eleitoral que “não tem uma idéia de sociedade que possa intranquilizar os empresários”.

Experiência alternativa em perigo – Além disso, lhe atribuem a responsabilidade de pôr em risco uma nova experiência alternativa. Álvarez não tem se preocupado em dar à frente uma estrutura partidária que ofereça a possibilidade do debate e intercâmbio de idéias a seus simpatizantes. Ao contrário, dirige a frente verticalmente, impondo sua visão pessoal da política.

A Argentina passou pelo fracasso de quatro experiências alternativas nas duas últimas décadas: a Aliança Popular Revolucionária (1973), a Frente do Povo (1985), a Frente Ampla de Libertação (1987) e a Esquerda Unida (1989). Álvarez pode ser agora responsável de que a Argentina ingresse no terceiro milênio sendo o único dos países do Cone Sul sem uma opção para enfrentar o neoliberalismo dominante.

Ninguém sabe o que vai ocorrer nas eleições de maio de 1995, nem quem governará até o final do século XX. No momento, tudo parece indicar que o formidável aparelho ainda em mãos do Estado, mesmo depois da onda neoliberal, ajudaria Menem a realizar o sonho da reeleição presidencial.

Seus opositores, porém, não estão à margem desse processo; pelo contrário, terminam sendo cúmplices de Menem. No seu afã de chegar à presidência, eles apoiam uma estabilidade fictícia que tem servido para que certos setores da sociedade vivam uma verdadeira orgia consumista, enquanto um terço da população se debate entre a fome, o desemprego e a desinformação. ■